

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
POLO UNISERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILA DA COSTA MACHADO AMADO

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO
EM CASIMIRO DE ABREU – RJ.**

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

RIO DAS OSTRAS, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILA DA COSTA MACHADO AMADO

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO
EM CASIMIRO DE ABREU – RJ.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal
Fluminense – Polo Universitário de Rio
das Ostras.

Orientadora: Prof^a. Leile Silvia Candido Teixeira

RIO DAS OSTRAS, 2011

CAMILA DA COSTA MACHADO AMADO

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO
EM CASIMIRO DE ABREU – RJ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras.

Monografia aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof^a. Msc. Leile Silvia Candido Teixeira
Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Msc. Paula Martins Sirelli
Examinadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Felipe Mello da Silva Brito
Examinador
Universidade Federal Fluminense

À minha querida avó Norma, que é um exemplo de vida e a qual eu admiro e tenho profundo amor.

AGRACEDIMENTOS

Agradeço a Deus, que nos momentos mais difíceis sempre esteve ao meu lado, não me deixando desanimar e nem desistir, tudo que tenho eu não poderia ter alcançado sem ele. As conquistas que temos que realizar e os obstáculos que temos que superar às vezes nos parece impossível, mas com Deus tudo é possível.

À minha querida mãe que sempre fez tudo por mim e pela minha irmã, obrigada por sempre ter me incentivado com os estudos e acreditado em mim, e por ter me feito enxergar que a profissão é em dos principais caminhos para felicidade.

Ao meu amado esposo e companheiro, que sempre ao meu lado me fez descobrir o quanto eu sou capaz de correr atrás dos meus objetivos e alcançar o sucesso.

À minha linda irmã que eu sempre me espelhei como pessoa forte e destemida com tudo, inclusive com os estudos.

Às amigas Karine e Vivian, sem elas esse período na faculdade não teria sido o mesmo, foram muitos momentos felizes e também difíceis que juntas sempre conseguimos superar e no final rindo de tudo.

À minha orientadora, Professora Leile, pela paciência, pelos ensinamentos e principalmente por acreditar no meu potencial e me incentivar quando achei que não seria possível.

À assistente social Luzilda pela sua trajetória de vida e pelos seus ensinamentos, levarei para a vida e para profissão muito do que conversamos e debatemos.

Aos professores Felipe Brito e Paula Sirelli que aceitaram o convite de participar da banca.

A todos os amigos e amigas, familiares e colegas de trabalho que torceram por mim e contribuíram de alguma forma para a conclusão deste trabalho.

“A propriedade privada introduz a desigualdade entre os homens, a diferença entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, até a predominância do mais forte. O homem é corrompido pelo poder e esmagado pela violência.”
Jean Jacques Rousseau.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a atuação do assistente social na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu – RJ. A escolha pelo objeto ocorreu pela experiência de estágio vivenciado na referida instituição, despertando o interesse de investigação sobre o tema. Veremos inicialmente através de um breve histórico do processo de formação das cidades, alguns elementos que nos possibilitem analisar a construção do espaço urbano brasileiro e como se encontra a política de habitação na atualidade. Em seguida, abordaremos os desafios da profissão na atualidade, contextualizando a profissão desde sua gênese, até o projeto de ruptura com as bases conservadoras, introduzindo ao debate a consolidação do projeto ético-político, discorreremos sobre a Questão Social, tendo em vista a sua importância no trabalho do assistente social e na efetivação das políticas sociais. Por fim, falaremos sobre os desafios enfrentados pelo assistente social na implementação das políticas de habitação no município. Quanto à metodologia, utiliza-se uma entrevista semi-estruturada com a assistente social que atua na instituição, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica: dentre os autores utilizados destacam-se: Maricato, Rolnik, Abreu, Yamamoto e Netto.

Palavras-chave: Política de Habitação. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This work has as its central theme the role of the social assistant in the Department of housing in Casimiro de Abreu – RJ. The choice by the object occurred by internship experience experienced in that institution, arousing the interest of research on the topic. We initially through a brief history of the process of formation of cities, some elements that permit us to examine the construction of urban space and how is the housing policy today. Then we will discuss the challenges of the profession today, contextualizing the profession since its genesis, until the break with the conservative bases, introducing to debate the ethical-political consolidation project, we'll talk on the Social Question, in view of their importance in the work of social worker and the fulfillment of social policies. Finally, we'll talk about the challenges faced by social worker in the implementation of housing policies in the municipality. As regards the methodology, using an interview structured way with the social worker who plays in the institution, desk research and bibliographic search: among the authors used include: Maricato, Rolnik, Abreu, Yamamoto and Netto.

Keywords: housing policy. Social Issue. Social Service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1) ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO PROBLEMA URBANO: A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL.....	13
1.1)O problema urbano no Brasil.....	13
1.2)Política de habitação no Brasil.....	23
2) SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE.....	32
2.1)A Gênese do Serviço Social.....	32
2.2)Breve histórico sobre o processo de formação do Serviço Social no Brasil.....	33
2.3)Questão Social.....	37
2.4)A Questão Social na atualidade.....	40
2.5)Desafios de atuação do Serviço Social na atualidade.....	42
3) A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO EM CASIMIRO DE ABREU – RJ.....	45
3.1)Caracterização do Município de Casimiro de Abreu.....	45
3.2)A Política de Habitação em Casimiro de Abreu.....	47
3.3)A atuação do Serviço Social na Secretaria de Habitação em Casimiro de Abreu.....	49
3.4)Os desafios na atuação do Serviço Social na Política de Habitação em Casimiro de Abreu.....	50
3.4.1) A política nacional de Habitação no Município.....	51
3.4.2) Demandas para o Serviço Social.....	53
3.4.3) Identificação das expressões da Questão Social.....	54
3.4.4) Desafios para efetivação da Política de Habitação no Município.....	55
3.4.5) A Atuação do Serviço Social na Política de Habitação.....	57
3.4.6) Materialização do projeto ético-político profissional.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigência do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, pretende discutir a atuação do assistente social na Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo (SEMHASU)¹ em Casimiro de Abreu – RJ, compreendendo os desafios encontrados por esse profissional na implementação da política de habitação no município.

Para essa pesquisa utilizou-se: a) pesquisa bibliográfica com temas relacionados à política de habitação no Brasil, a construção do espaço urbano, Serviço Social, entre outros, dentre os autores mais utilizados destaca-se: Maricato, Rolnik, Abreu, Netto e Yamamoto; b) pesquisa documental no Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Casimiro de Abreu: Diagnóstico da precariedade habitacional, organizado pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos – NEPHU-UFF; c) entrevista semi-estruturada com a assistente social que atua na Secretaria de habitação, com o objetivo de analisar os desafios da atuação desse profissional na Secretaria, a entrevista foi realizada na UFF/PURO, no mês de novembro de 2011. As questões norteadoras foram: A política nacional de habitação; como está organizada a política de habitação no município; a atuação do Serviço Social nessa política; os limites e as possibilidades de atuação desse profissional na habitação. A entrevista foi gravada e transcrita pela pesquisadora. E por questões de sigilo o nome da entrevistada não será revelado.

O interesse pela pesquisa surge em função da minha experiência de estágio na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu, apesar de ser uma área até o momento desconhecida, me despertou um anseio de analisar e compreender melhor a política de habitação, não só em Casimiro, mas no Brasil e seus reflexos na atuação do assistente social no município.

A começar pelo conhecimento que pude adquirir no convívio com a minha supervisora de campo, essa troca foi muito importante, pois pela primeira vez estagiando me senti confortável e movida pelo interesse de contribuir.

¹ Durante todo o trabalho será utilizado somente Secretaria de Habitação, no terceiro capítulo que faremos referência a Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo (SEMHASU).

Estagiar na Secretaria de Habitação do município de Casimiro de Abreu também não foi um “mar de rosas”, ou seja, são muitos os desafios encontrados pelo Serviço Social na concretização dos projetos existentes na Secretaria.

Muito dos problemas encontrados pelo o Serviço Social estão associados a algumas características do município de Casimiro de Abreu, onde ainda está muito enraizado uma lógica de favor por parte dos gestores e também da população.

É claro que isso faz parte de uma cultura não só da realidade de Casimiro de Abreu e sim de todo o país, mas por ser uma cidade com poucos moradores e também com uma configuração espacial bem focalizada, essas características se tornam mais presentes, até porque fica mais fácil para os governantes se promoverem a custa de “direitos”, arrecadando votos, como se estivessem fazendo favores.

Estes questionamentos são importantes para avaliar a atuação do assistente social nesta realidade, tema deste trabalho.

Portanto a minha escolha pelo tema foi com o intuito de entender melhor tais relações tão desafiadoras para a profissão. Compreendendo a política de habitação não só como a moradia em si, mas em todos os seus aspectos, ou seja, a mesma só pode possibilitar a emancipação de um sujeito a partir do momento em que outros aspectos são contemplados, entendendo que os sujeitos precisam também participar de todo e qualquer processo de construção que estão envolvidos.

Para compreendermos os desafios da atuação do Serviço Social na política de habitação em Casimiro, achamos por bem dividirmos este trabalho em três capítulos.

O primeiro analisa a configuração do problema urbano no Brasil, revelando que na conformação das cidades brasileiras desde a época do Brasil colônia, até o século passado não existiu planejamento, aliás, existiu sim uma omissão do Estado, aliado aos interesses do grande capital, que se manteve omissos a todas as formas de ocupação irregular do solo urbano, acarretando em péssimas condições de moradia para a população pobre, hoje visível por todos nas tragédias urbanas, nos desmoronamentos, nos alagamentos, enfim no descaso vivenciado por essa população que não tem recurso de adquirir uma casa via mercado e que se submetem a tais condições por falta de escolha.

No segundo capítulo introduzimos com o debate sobre a gênese do Serviço Social, que é dividida em duas teses: a primeira endogenista, que entende a origem da profissão a partir de si mesma, como um desenvolvimento de algumas formas de

ajuda e a segunda entende que a profissão surge dentro de um contexto histórico e das relações entre as classes sociais, quando surge a necessidade de um profissional que atue nas políticas sociais de responsabilidade do Estado.

Em seguida faremos uma breve contextualização histórica do Serviço Social, desde seu surgimento no Brasil na década de 30 até o movimento de renovação do Serviço Social quando a profissão rompe com as bases conservadoras e principia-se um novo projeto ético político.

Na última parte discorreremos sobre a questão social, visto que é no enfrentamento da mesma que o assistente social atua, como nas contradições da problemática urbana, expressas na violência urbana, na moradia precária, enfim todas essas consequências impostas pelo contexto sócio-econômico vigente. Entendendo a questão social como fruto da relação capital trabalho que emana na sociedade capitalista. E por fim analisaremos os novos desafios da questão social na atualidade, assim como os desafios enfrentados na atuação do Serviço Social.

No terceiro e último capítulo trataremos da atuação do assistente social na Secretaria de Habitação em Casimiro de Abreu, introduzindo com os dados sobre o município, depois relatando como está direcionada a política de habitação no município e finalizando com a análise dos eixos da entrevista, que buscam evidenciar os desafios de atuação desse profissional na Secretaria.

CAPÍTULO I

ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO PROBLEMA URBANO: A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL.

Entender a dinâmica do trabalho do assistente social na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu inclui compreender a política de habitação no Brasil. Buscando isso faremos um breve histórico do processo de formação das cidades brasileiras e da construção do espaço urbano, revelando como se configurou os problemas habitacionais atuais, que têm fortes características de exclusão. E atualmente quais são as alternativas possíveis para a superação da realidade excludente de nossas cidades.

1.1) O problema urbano no Brasil.

Não é possível apreender a dinâmica da formação das cidades brasileiras dissociada do desenvolvimento do sistema capitalista, segundo Lefebvre (1999 *apud*, PAZ & JUNQUEIRA 2010) a demanda da habitação popular pode ser apreendida à luz do desenvolvimento capitalista, que se materializa no espaço urbano e nos processos de trabalho.

Paz e Junqueira (2010)², afirmam que a concentração de riqueza atravessa a história do Brasil praticamente intacta, desde o período do Brasil colônia e dos diversos ciclos econômicos, inclusive com o desenvolvimento industrial e urbano no início do século XX.

Os contrastes vivenciados pela sociedade fazem parte de um modelo econômico baseado na exploração de uns pelos outros, onde o mercado e as grandes corporações, com total apoio do Estado, absorvem tudo ao seu redor,

² Em curso realizado pelo Ministério das Cidades, no módulo I – Cidade, Território e Habitação.

inclusive a própria população que se submete a necessidade de trabalho para o consumo. Porém mesmo tendo um trabalho formal as condições de vida dessas pessoas são precárias, e o salário não é equivalente ao preço das moradias. Esse quadro é revelador das diferenças, das desigualdades sociais e do modelo concentrador de riqueza e poder que fazem parte da formação histórica do País.

As cidades brasileiras são marcadas pelas desigualdades sociais e por muitas contradições, tais características estão presentes no nosso cotidiano, porém a população pobre, a grande maioria, são as que mais sofrem com tais consequências.

Maricato (2008) revela que os problemas urbanos atuais têm suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da intensificação da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalhador livre (1888).

A questão fundiária, que ocupou um lugar central nos conflitos vividos pelo país, no século XIX, se referia fundamentalmente ao campo. A crescente generalização da propriedade privada da terra, a partir de 1850, com a confirmação do poder político dos grandes proprietários nas décadas seguintes, e a emergência do trabalhador livre, a partir de 1888, se deram antes da urbanização da sociedade. (MARICATO, 2008, p.18).

Sendo assim podemos concluir que muito dos acontecimentos ocorridos no período influenciaram na configuração das cidades, incluindo a questão habitacional.

Os Estados como São Paulo e Rio de Janeiro se consolidaram com peculiaridades distintas do restante dos Estados brasileiros, foram marcados pelo início da industrialização e pelo acelerado grau de urbanização, o que os tornam grandes centros industriais. Para esse estudo, a análise se concentrará na cidade do Rio de Janeiro, pois trata-se da capital do Estado e busca-se elementos para entender o processo de consolidação do município de Casimiro de Abreu.

Abreu (1987) define o período 1902-1906 como um momento de grandes transformações para a cidade do Rio de Janeiro, marcado pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de concentração e acumulação de capital.

Com o fim da escravidão, e a vinda dos imigrantes europeus, massifica-se no país a utilização da mão de obra livre, porém o seu salário oriundo do trabalho não

era compatível com o preço das moradias, o que fez com que os trabalhadores desde o início ocupassem locais irregulares. Nesse sentido, afirma Maricato (2008).

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema de habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria supostamente, se dar pelo mercado.

O solo urbano e toda infraestrutura pensada para ele não irá contemplar toda população, configurando-se em um problema habitacional, portanto não é de hoje que o espaço urbano tem uma característica de exclusão.

A cidade do Rio de Janeiro vai ser palco de uma verdadeira estratificação espacial e social, onde as reformas urbanas somente pretendiam atender os interesses das classes dominantes, beneficiando a rede imobiliária, através do embelezamento da cidade e exclusão da população pobre. Sobre isso Abreu (1987) discorre sobre a Reforma Passos na primeira década do século XX.

Ela representou um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Representou também o primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais permitam a presença de pobres na área mais valorizada da cidade. (ABREU, 1987, p. 142).

Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói suas próprias casas em áreas irregulares ou simplesmente ocupadas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico. (MARICATO, 2008, p. 23).

O período Passos se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. É a partir daí que os morros situados no centro da cidade, até então

desprestigiados como local de residência, passam efetivamente a ser ocupados, dando origem a favela. (ABREU, 1987, p. 142).

Abreu (1987) caracteriza o período de 1906-1930, como uma evolução da forma urbana carioca, refletindo em grande parte, as contradições existentes no sistema político-econômico do país. De um lado, os Governos da União e do Distrito Federal, representando as classes dominantes, atuam preferencialmente na esfera do consumo e beneficiam claramente o capital imobiliário. Por outro, as indústrias se multiplicam na cidade e começam a se expandir aos subúrbios, gerando empregos. Diferente das áreas nobres das cidades, os subúrbios foram excluídos do apoio do Estado, com total ausência dos benefícios urbanísticos.

A partir de 1930, o Estado passa então a investir decididamente em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos. Essa ambigüidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com raízes na sociedade colonial, embora esse ocorra em pleno século XX. (MARICATO, 2008, p. 17).

Como já dito anteriormente a partir de 1930, o Estado passa investir no desenvolvimento industrial brasileiro, porém essa nova classe burguesa não irá substituir a raiz colonial brasileira, presente até hoje nas relações políticas. Ou seja, ao mesmo tempo em que se fala em desenvolvimento, a cultura brasileira permanecia arcaica. Na verdade todo o processo de modernização brasileiro é marcado pela composição com o arcaico.

Com o início da industrialização as pessoas vão se deslocar para as cidades na busca por emprego e melhores condições de vida, como transporte, água, moradia etc.

De acordo com Gomes (2005 *apud* PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p.2).

O processo de urbanização que se deu de forma acelerada muda o cenário urbano: o traçado das velhas cidades já não corresponde às

exigências da nova indústria nem ao seu grande movimento. As ruas, sem uma infra-estrutura necessária, são alagadas, abrem-se novas vias de acesso e novas formas de transporte como os trens e os bondes. Isto é a cidade passa a refletir não só as transformações que se realizam no âmbito do capitalismo mundial, mas também se preparam para oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento industrial. Nesse contexto, destaca-se a precariedade das habitações, sobretudo das classes subalternas.

Por outro lado, desde o final do século XIX as cidades já são marcadas pela divisão entre as classes sociais. Com a introdução dos bondes e do trem a vapor, a população nobre podia deslocar-se para os bairros planejados, frutos de ações de embelezamento, e a classe proletária por necessidade permanecia no centro, locais mais próximos do trabalho, nesta época proliferam habitações insalubres, como os cortiços e as estalagens.

O aumento de pessoas nas cidades vai incidir em muitas modificações, porém a grande maioria da população será alijada de alguns direitos necessários à sobrevivência, como a moradia legal. Abreu (1987) vai afirmar que o crescimento das cidades vai incidir também no aumento das distâncias entre local de trabalho e residência, porém tal crescimento não vai ser acompanhado pela melhoria do transporte coletivo em massa e que no final da década de 30 os subúrbios já estavam de tal maneira sobrecarregados que a população pobre só poderia se arraigar em áreas distantes do local de trabalho.

Sobre isso afirma Lefebvre,

as pessoas, sobretudo os trabalhadores, são distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social, cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social. (LEFEBVRE, 2008, p. 11)

Se o espaço formal legalizado oferecia apenas uma localização distante dos locais de trabalho, o espaço físico por outro, oferecia uma série de opções próximas, como, terrenos ainda não ocupados, morros, mangues etc. (ABREU, 1987, p. 143).

Sendo assim, a construção de casas irregulares nos morros, mangues e encostas de rios, sem nenhuma infraestrutura adequada para a moradia, não serão

acompanhadas por nenhum controle urbanístico, ou seja, toda a preocupação existente na época não era com a população pobre e com os riscos associados a elas e sim com a ampliação da industrialização e com as construções urbanísticas que garantissem a expansão da rede imobiliária e o embelezamento das cidades.

O Estado se manteve omissos a todas essas construções irregulares, isso também acompanhado pelo interesse da mão de obra barata e necessária para a manutenção da indústria e do comércio.

A partir da década de 1950, o Brasil vivencia um aumento significativo do número de pessoas nas cidades. Com a intensificação dos investimentos realizados nas indústrias, os trabalhadores rurais, migram do campo para as cidades na busca por emprego e melhores condições de vida. Porém essa classe trabalhadora sem muitas opções passa a viver nas periferias e favelas, com baixos salários e péssimas condições de vida. Esse período é marcado pela intensa migração de pessoas para as cidades, o que pode ser constatado pelo Censo Demográfico do IBGE (tabela 1).

Tabela 1
População Residente, por situação do domicílio - 1940-1996

Anos	Urbana	Rural
1940	12.880.182	28.356.133
1950	18.782.891	33.161.506
1960	31.303.034	38.767.423
1970	52.084.984	41.054.053
1980	80.436.409	38.566.297
1991	110.990.990	35.834.485
1996	120.076.831	33.993.332

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1940/1996 *apud* Santos (2003) - com adaptações

Verificamos com essa tabela o aumento significativo do número de pessoas no espaço urbano. Em 1940 a população urbana é composta por menos da metade da população rural, e essa proporção a cada década seguinte diminui, até um momento, mas precisamente na década de 70, em que a população urbana

ultrapassa a rural, esse período caracteriza o que chamamos no Brasil de êxodo rural, quando a grande maioria da população que era rural passa a ser urbana.

A década de 50 será marcada também pela massificação da produção de bens modernos, como os eletrônicos e o automóvel, este último caracterizado por muitos autores como transporte individual e símbolo máximo do processo de concentração de renda, Maricato (2008) afirma que tais características serão responsáveis por mudanças significativas no modo de vida dos consumidores e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, há uma mudança no modo de vida, na cultura e nos valores da sociedade.

O regime militar compreende um novo momento histórico na sociedade brasileira, alicerçado aos interesses da aristocracia burguesa, impôs ao país uma nova ordem político institucional, apoiada no fortalecimento do Estado e na castração dos direitos à liberdade de expressão, no entrave a garantia dos direitos individuais e dos direitos políticos. Afirmando um modelo de desenvolvimento, caracterizado de modernização conservadora³.

Com o 'milagre econômico', de 1968 a 1974, em que a economia do País cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, encerrando-se com o recrudescimento da inflação, a crise internacional do petróleo e a conseqüente redução da oferta de capitais externos, as cidades são espaços privilegiados desse modelo, que se alicerçou na exploração do trabalho e na concentração de renda. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 10).

Para os trabalhadores não houve 'milagre', mas sim arrocho salarial, aumento dos níveis de exploração do trabalho e perda de direitos conquistados, como os direitos de liberdade de organização. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 10).

De acordo com Maricato (2008), foi com o Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção, com o investimento na

³ Com efeito, a "modernização conservadora" que se constituiu na tarefa histórica da autocracia burguesa articulou, nesse âmbito, um padrão inédito para o desenvolvimento cultural: instaurou na virada dos anos sessenta aos setenta (não casualmente, quando o "modelo econômico" se consolidou), um *mercado nacional de bens simbólicos*. (NETTO, 1990, p. 68).

construção civil, priorizando o atendimento das classes altas e médias e a expansão mercado imobiliário. A criação desses dois instrumentos foi necessária para entendermos o processo de mudança na configuração das cidades. Principalmente da explosão imobiliária de apartamentos destinados a classe média, que teve início na década de 1940, em Copacabana no Rio de Janeiro. (Maricato, 2008, p. 20).

A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos (Maricato, 2008, p. 20).

Porém grande parte da população não teve garantido seu direito à moradia, ou seja, o financiamento imobiliário não permitiu o acesso a terra via instituição da função social da propriedade.

Enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos. (Maricato, 2008, p. 21).

A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90, quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB *per capita* fosse negativa na década de 1980, trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social. (Maricato, 2008, p. 21; 22).

Nessas décadas, conhecidas como “décadas perdidas”, a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez, o Brasil tem multidões, concentradas em morros, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea. (Maricato, 2008, p. 22).

O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que inspirados na interpretação de Arantes e Schwarz, podemos repetir que “a regra se tornou exceção e a exceção regra” (Maricato, 2008, p. 39). Para Wanderley (2009 apud PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p.12),

os anos 80 e 90 no século XX foram marcados pela concentração da pobreza urbana, aumento do número de favelas, de loteamentos irregulares, ilegalidade na ocupação do solo, agressões ao meio ambiente, aumento da violência urbana, recuo dos investimentos públicos em saneamento e políticas urbanas. Mas, por outro lado, essas décadas são significativas para a politização da questão

urbana. Surgem inúmeros atores nas cidades, como os movimentos sociais que lutam por moradia, regularização fundiária, políticas públicas, recursos para a habitação, organizações profissionais e, com destaque, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana responsável pela mobilização de diversos setores (populares, profissionais e acadêmicos) pela aprovação da Emenda Popular da Reforma Urbana durante o período da Assembléia Constituinte.

O que presenciamos hoje em relação à configuração das cidades faz parte de um processo que não se preocupou em atender a população que não tinha recursos para adquirir uma propriedade, pelo contrário, todo o interesse urbanístico, se deu através dos investimentos das propriedades privadas, e de quem poderia adquiri-las.

A nossa sociedade é historicamente desigual, pois é fundada no trabalho coletivo e na propriedade privada dos meios de produção, que provoca uma cisão entre os homens, de um lado os que têm acesso aos bens e serviços e a propriedade e de outro, os que têm apenas sua força de trabalho, submetidos a um salário que os impossibilita de garantir a reprodução básica da vida material, e que, portanto, não alcançam recursos para a moradia. O que se agrava para os que não conseguem nem mesmo o trabalho assalariado. A sociedade não se constrói pelo componente da sorte, e sim pelas relações concretas, de homens concretos. Interagindo no interior de determinado modo de produção.

O processo de formação das cidades não compreendeu a todos, o grande número de pessoas que migraram do meio rural para o espaço urbano, formaram um contingente de trabalhadores com salários incompatíveis ao mercado imobiliário formal de moradia, ocasionando na ocupação irregular do solo. Essa lógica é peculiar à formação da sociedade brasileira. Há uma nítida expulsão do homem do campo, pois o Brasil nunca fez a reforma agrária, ou seja, o Brasil nunca construiu uma política sistemática que propiciasse a população viver do uso do solo, isso implica em uma corrida para as cidades, o excesso de pessoas nas cidades provoca uma intensificação do exército industrial de reserva, que mantém baixo os valores dos salários e impõem como lugares para a moradia regiões insalubres, perigosas, impróprias para a construção de casas que no Rio de Janeiro aparecerá nas favelas.

Para entendermos o que está posto como alternativas para a superação de uma trajetória sem planejamento urbano é necessário recorrer a alguns dados que explicam melhor a concentração urbana no Brasil.

Segundo o IBGE (Censo, 2000), a taxa de urbanização passou de 44,7% em 1960 para 81,2% em 2000. O conceito de cidade adotado pelo IBGE define que qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município é considerada uma cidade, não importa o seu número de habitantes.

A taxa de urbanização praticamente dobrou em quatro décadas, porém as dificuldades enfrentadas pela grande maioria da população, que por muitas décadas estiveram excluídas do acesso a moradia, assim como o acesso a bens e serviços, não foram minimizadas, pelo contrário se tornaram mais agravante do que há algumas décadas anteriores, para exemplificar melhor essa afirmação, recorreremos a alguns dados que revelam uma realidade de exclusão e pobreza em que se encontram grande parte da população brasileira, em um sistema de grande desigualdade que vem aumentando continuamente, sobretudo a partir dos anos 90. (YAZBEK, ano, p. 33).

De acordo com dados da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a dinâmica populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois ela está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo território nacional, destacando-se a alta taxa de urbanização especialmente nos municípios de médio e grande porte e as metrópoles. Estes últimos espaços urbanos passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade. (Política Nacional de Assistência Social, 2004).

O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas. Segundo Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA, em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,4% do rendimento e o 1% mais ricos, 13,5% do rendimento. A questão central a ser considerada é que este modelo de desigualdade do país ganha expressão concreta no cotidiano das cidades, cujos territórios internos (bairros, distritos, áreas censitárias ou de planejamento) tendem a apresentar condições de vida também desiguais. (Política Nacional de Assistência Social, 2004).

1.2) Política de habitação no Brasil.

Diante dessa conformação do Espaço Urbano é necessário entender como se organizou a política de habitação no Brasil.

Segundo Maricato (2008) o planejamento da política de habitação no Brasil é recente, pois por muitas décadas o processo de urbanização no país, tomou um rumo dramático, se consolidou de maneira bem desestruturada, não existindo na maioria das cidades brasileiras um planejamento urbano, os investimentos realizados nas cidades foram com o intuito de embelezar, favorecer a rede imobiliária e garantir a modernidade de locais centrais.

Sendo assim, a maior parte da população foi excluída desse “planejamento”, essa constatação nos leva a entender o porquê das apropriações em locais como as encostas dos rios, morros, área de preservação ambiental, ou seja, locais sem nenhuma infraestrutura necessária para moradia.

Vemos com isso um recorte que é feito na configuração espacial da cidade, onde o projeto pensando visa atender o interesse do mercado imobiliário, para quem pode ter acesso e não é pensado um plano urbanístico que garanta o direito de uma moradia para toda a população.

Infelizmente sabemos o rumo que tomou as cidades, não é novidade para ninguém o desordenamento vivenciado por todos, onde se apresentam inúmeros problemas urbanos, como o transporte individual e poluente, a violência urbana, a moradia ou a falta dela, enfim, todas essas dificuldades que sabemos tornam a vida na cidade um caos. Sem falar das desigualdades sócio-territoriais que dividem os espaços, entre os que podem comprar e os que não podem. Porém pretendemos aqui falar da questão habitacional e, mas do que isso, quais as políticas que estão sendo adotadas para uma reforma urbana no Brasil.

Maricato (2008) nomeia todo esse processo de tragédia urbana.

A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que, acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das “idéias fora do lugar” tão características do planejamento urbano no Brasil. (MARICATO, 2008, p. 15).

No que se refere à questão urbana, Queiroz e Santos (2011) revelam,

que os problemas das nossas cidades precisam ser envolvidos como partes fundamentais de uma questão nacional. E que a cidade contemporânea brasileira resulta em dois mecanismos complementares: A livre mercantilização e a perversa política de tolerância com todas as formas de apropriação do solo urbano. (QUEIROZ & SANTOS, 2011, p. 4).

Essa constatação afirma o que já foi dito anteriormente em relação ao investimento e valorização dos espaços urbanos para fins comerciais e de valorização do capital imobiliário associado aos interesses capitalistas e do Estado, este como principal aliado e mantedor dessa política de segregação espacial. E também apresenta algo que é fundamental, a tolerância com as formas de ocupação do solo urbano, ou seja, a omissão por parte do Estado no planejamento do crescimento urbano. Planejamento é competência do Estado e este é expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário. (MARICATO, 2008, p. 48).

Mesmo com todos os problemas urbanos atuais, a partir da década de 70 tivemos alguns atores sociais envolvidos em movimentos populares em torno da luta pela moradia, assim como o movimento pela regularização dos loteamentos clandestinos, uma luta por conseguir urbanizar e regularizar favelas e loteamentos no Brasil. Igualmente como os pesquisadores na área da sociologia urbana, que começaram a denunciar o processo de formação das cidades brasileiras, através de pesquisas de campo. (ROLNIK, 2010, p. 12).

Os movimentos sociais urbanos a partir da década de 70 caracterizam uma nova etapa na história dos movimentos sociais, que absorvem por um lado a deterioração das condições de vida do morador e, de outro, a crítica ao sistema do capital.

Durante anos, o Movimento Nacional de Luta pela Reforma Urbana vem protagonizando importantes lutas e conquistando muitas vitórias como a aprovação na constituinte, nos anos 1980, pela reforma urbana, a criação do Fórum de Reforma Urbana, acompanhado pela negociação dentro da constituinte, do capítulo

de política urbana, o que incitou na criação da Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentadas pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Outra conquista importante foi à criação do Ministério das Cidades⁴ em 2003. Rolnik (2011)⁵ fala sobre a criação do Ministério das Cidades,

o mesmo foi montado em cima de uma aposta muito ligada à agenda da Reforma Urbana que historicamente tinha um tripé, desde a primeira Constituinte. Um pedaço dela é a afirmação dos direitos dos posseiros, dos ocupantes, daqueles que constituíram assentamentos informais, populares, por absoluta falta de acesso a terra urbanizada e a moradia.

O segundo ponto é o que a gente chama “a implementação de um modelo baseado na função social da cidade e da propriedade”. Isto significa que a terra e a propriedade urbana têm que cumprir uma função social, além de cumprir sua função de patrimônio privado de quem é o dono.

E, finalmente, o terceiro eixo que, está na raiz dos outros dois, é a participação, o que a gente chama de gestão democrática do país. É a idéia de que o processo decisório sobre as políticas tem que incluir os excluídos. Historicamente, as políticas públicas no Brasil são excludentes, porque o processo que as definem são historicamente excludentes. (ROLNIK, 2011, p. 13).

Para muitos autores a criação do Ministério das Cidades foi um avanço fundamental na política urbana e nas políticas de habitação, pois o mesmo ocupou um vazio institucional. Porém para Rolnik (2011) muito do que foi inicialmente

⁴ O Ministério das Cidades engloba as seguintes áreas de competência: I) política de desenvolvimento urbano; II) políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; III) articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não governamentais na gestão das áreas de competência; IV) política de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano; V) planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação dos recursos; e VI) participação na formulação de diretrizes gerais de recursos hídricos. O Ministério é formado por cinco secretarias setoriais: Secretaria Nacional de Habitação, de Saneamento Ambiental, de Transporte e Mobilidade, de Programas Urbanos e pela Secretaria Executiva. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 8).

⁵ Em entrevista a Caros Amigos, a autora também fala da sua participação na construção do Ministério das Cidades.

proposto na consolidação do Ministério das Cidades, como uma idéia inovadora, foi ameaçado em 2005, com a mudança na direção do Ministério das Cidades. (ROLNIK, 2011, p. 13).

O movimento popular de moradia, desde que implantou o Estatuto da Cidade e podia fazer iniciativa de projeto de lei, desde a Constituinte, apresentou um projeto de lei, criando a ideia de um sistema de habitação de interesse social, como o SUS da Saúde. Um sistema estruturado nos três níveis, governo local, com controle social, com transferência de recursos fundo a fundo, estruturando a área de desenvolvimento urbano, que nunca foi estruturada. (ROLNIK, 2011, p. 15).

Não podemos negar a importância destas conquistas, porém como ressalva Maricato (2008), a experiência brasileira mostra, no entanto, que conquistas formais legais nunca serão suficientes. Vários juristas afirmaram que os capítulos 182 e 183 da Constituição Brasileira são auto-aplicáveis e não exigem regulamentação. (MARICATO, 2008, p. 92).

Concentrar os esforços nas conquistas legais formais conduz ao fetichismo ou à mistificação dos instrumentos jurídicos, como se eles trouxessem a solução em sua formulação técnica. Aprovar a lei no Congresso Nacional é um desafio, aplicá-la depois, em nível municipal, é outro. Ela requer o enfrentamento dos proprietários fundiários e imobiliários que estão longe de constituir um setor frágil em nossa sociedade patrimonialista. (MARICATO, 2008, p. 92).

Todos reconhecem que no Brasil “há leis que pegam e há leis que não pegam”, tudo depende do que se trata e de quem se trata, ou seja, tudo depende dos interesses em jogo. (MARICATO, 2008, p. 92).

Em janeiro de 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de promover o crescimento econômico, através de uma série de obras e investimentos em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. O setor habitacional foi contemplado entre as grandes linhas -

investimento em infraestrutura e estímulo ao crédito e ao financiamento - com ações baseadas em três eixos: infraestrutura logística, energética, social e urbana. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 9)

Em 2008, dentro do PAC Habitação, o governo federal lança o Programa Minha Casa, Minha Vida que pretende viabilizar o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos (reduzindo o déficit habitacional) e colocou a habitação de interesse social na agenda do País. Todavia é fundamental que esse Programa esteja articulado com outras ações previstas no Plano Nacional de Habitação⁶. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 9)

Rolnik (2011), fala sobre a financeirização no Brasil, onde a culpa da crise financeira foi à transformação da moradia de política social em política mercantil e financeira e comenta sobre a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida - que nada tem a ver com o modelo anterior do Ministério das Cidades -, o qual foi formado com o intuito de garantir a não falência de um conjunto de sete grandes construtoras, com o nosso dinheiro, do orçamento, através da inclusão via mercado. (ROLNIK, 2011, p. 14).

Essas construtoras almejavam o lançamento de grandes empreendimentos imobiliários, captaram recursos para serem investidos, com terras e com os projetos para fazer o lançamento, porém veio a crise.

Elas abriram o capital, veio a crise e iam falir, tinham imobilizado capital. Com isso o Ministério da Fazenda e o Governo Federal, se utilizaram disso para garantir a não crise no Brasil, gerando empregos na construção civil, com o orçamento do governo lançam um subsídio enorme para que as pessoas possam comprar o que as empresas já estavam prontas para lançar. Só que as empresas tinham umas 250 mil casas para serem lançadas, o governo lança 1 milhão de casas. (ROLNIK, 2011, p. 14; 15).

⁶ O Plano Nacional de Habitação (PlanHab), documento elaborado em 2008 e debatido no Conselho das Cidades, no qual estão formuladas estratégias para equacionar as necessidades habitacionais do país até 2023. A estimativa é que o déficit habitacional acumulado até 2006 seja de 7,9 milhões de moradias e que o Brasil precise de mais 27 milhões de residências nos próximos 15 anos. Para isso, o Plano prevê a necessidade de se aportar no mínimo 2% do Orçamento Federal para a habitação social, durante quinze anos. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 21).

Sendo assim, o governo intervém buscando reduzir os efeitos da crise para o capital, através da geração de empregos na construção civil, utilizando o nosso dinheiro do orçamento para manter o programa e ampliar a capacidade de consumo dos trabalhadores.

As empresas construtoras adaptam esse produto para poder chegar a setores que antes não se chegava via financiamento: de 4 a 5 salários mínimos. Então, lança-se o programa Minha Casa Minha Vida com essa perspectiva. (ROLNIK, 2011, p. 15).

O Minha Casa Minha Vida é um lindo programa industrial, fantástico, keynesiano, mas não é uma política habitacional, é um programa industrial, que vai na perspectiva de distribuição de renda, de ampliação de mercado, de inclusão do trabalhador no mercado. (ROLNIK, 2011, p. 16).

Desta forma verificamos que mesmo o país tendo avançado em algumas políticas, através de conquistas importantes como os capítulos 182 e 183 da constituição e a criação do Ministério das Cidades, tais conquistas não conseguem garantir a concretização de uma política urbana, infelizmente uma grande parcela da população ainda sobrevive em péssimas condições de moradia e não conseguem se emancipar, em termos de uma melhor qualidade de vida.

Compreendemos assim que se faz urgente a apropriação pelo movimento popular, pois ainda existe um grande desafio a ser superado, sendo necessária a criação de mecanismos de luta, de forma a pressionar os governantes para que se criem condições de superação dos problemas urbanos, como a falta de moradia.

Como vimos a Política de habitação no Brasil é recente, pois por muitas décadas não existiu interesse do Estado em garantir uma melhor qualidade de vida da população, ou seja, o mesmo se tornou omissor a todas as formas de ocupação do solo urbano, não se preocupando em criar um mecanismo de superação e emancipação da população.

Quando falamos em habitação, não estamos nos referindo apenas a casa, estamos falando em um conjunto de outras possibilidades de se viver bem, como ter direito a uma educação de qualidade, um emprego, meios de transporte, acesso a bens e serviços, lazer, enfim todos esses recursos que sabemos serem necessários.

Porém o problema na habitação continua a ser uma questão a ser superada, contudo como uma política pública inerente ao Estado, pois a maior parte da população não tem acesso a esses bens e serviços e são completamente excluídos de qualquer possibilidade de emancipação.

Provavelmente, a face mais visível da radicalização da questão social no urbano no momento atual é a existência, em contraponto aos denominados aglomerados de exclusão (favelas, cortiços e loteamentos clandestinos) os de enclaves fortificados e auto-segregados formados pelos condomínios da classe média alta. (LIMA, 2010, p. 3).

Esses por sua vez ainda têm onde morar, provavelmente são trabalhadores formais ou informais que ganham um ou dois salário mínimo, porém não conseguem ter renda suficiente para acessar “os programas de moradia para todos” do Governo Federal, porém são inúmeros os casos de pessoas desempregadas que não tem onde morar e vivem ou sobrevivem sem teto, em baixo de viadutos, nas praças, nas ruas, imersos a fome, ao frio, as doenças, etc.

A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas, o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento visa manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano. (SINGER, 1982 apud LIMA, 2010, p. 3).

Infelizmente as cidades brasileiras reproduzem as desigualdades sociais, através de um intenso processo de precarização das condições de vida, com o crescimento do desemprego e do trabalho informal, a presença da violência e do crime organizado, a fragilização dos vínculos sociais, que somados à maneira como as cidades foram constituídas, expõem as famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade sociais. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 4).

Sendo assim, as cidades constituem espaços privilegiados de uma divisão socioespacial, onde se expressam as refrações da questão social, que revelam a situação social em que se encontram os diferentes grupos sociais, podendo reforçar a segregação, desigualdade, preconceitos e pobreza existentes.

À medida que os espaços públicos configuram-se como espaços de segregação e discriminação, o medo, a violência e o crime organizado ocupam os lugares da convivência e da sociabilidade, fragilizando e alterando as relações sociais, reforçando a individualização e impossibilitando a organização local e os laços de solidariedade. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 14).

A violência urbana, em suas múltiplas expressões, tem se constituído num problema de dimensões complexas e de difícil enfrentamento e superação. “[...] a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, apud PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 14).

A violência se expressa também nos territórios das cidades: violência no acesso aos serviços de baixa qualidade de transporte, de educação, de saúde, cultura e lazer; violência no interior da vida familiar e nas relações sociais; violência no mundo do trabalho; violência no círculo do tráfico organizado; violência da ausência de perspectivas de vida, etc. (PAZ E JUNQUEIRA, 2010, p. 15).

O estudo mostra, portanto, que o problema urbano no Brasil intensifica-se com o amadurecimento do modo de produção capitalista, o assalariamento, a falta da reforma agrária e uma política habitacional voltada para os interesses do capital, e não do trabalho, apresenta-se assim, a conformação da “questão social” e suas múltiplas expressões e assim, um campo de atuação para o Serviço Social.

Portanto, essas questões são fundamentais para entendermos as demandas que são colocadas para intervenção dos profissionais em programas de habitação, como na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu. Contudo, o assistente social devido a sua formação crítica e propositiva tem sido bastante requisitado para atuar nesses programas, também pelas referências teórico-metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão. O próximo capítulo apresenta elementos para se apreender à dinâmica do Serviço Social e sua

constituição como profissão que intervém nas expressões da questão social via políticas sociais.

CAPÍTULO II

SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE.

Este capítulo pretende abordar os desafios da profissão na atualidade, para isso faremos um breve histórico do processo de formação do Serviço Social no Brasil, abordaremos a gênese da profissão e o processo de formação da mesma, até chegarmos ao Serviço Social de hoje, introduzindo ao debate a consolidação do projeto ético-político, assim como a relação com a questão social, na garantia dos direitos e também na efetivação das políticas sociais.

2.1) A Gênese do Serviço Social.

Existem duas teses defendidas em relação à origem do Serviço Social, a primeira tese *endogenista*⁷, é sustentada por alguns autores provenientes de um Serviço Social tradicional, que associa a origem da profissão a formas “anteriores” de ajuda e caridade. E a segunda numa perspectiva histórico-crítica, que entende o surgimento da profissão no contexto do capitalismo, na sua idade monopolista, onde o Estado toma para si as respostas à “questão social”.

A principal característica da primeira tese está em não considerar a história da sociedade, como o fundamento da gênese e desenvolvimento profissional, apenas situando as etapas do Serviço Social em contextos históricos. (MONTAÑO, 2009, p. 26).

Em oposição à primeira, surge à perspectiva *teórico-crítica*, como uma segunda tese de interpretação sobre a gênese e natureza do Serviço Social, sendo assim, a origem da profissão não está associada à filantropia, e a partir de si mesma, a mesma é considerada como um produto histórico, relacionada às transformações

⁷ Associa a origem da profissão a partir de si mesma.

sócio-políticas da sociedade, como um profissional político que se insere na divisão sócio-técnica do trabalho.

É compreender que para a profissão existir ela não pode estar deslocada de um contexto histórico e das relações entre as classes sociais, ela não pode ser somente um produto de um desenvolvimento de algumas formas de ajuda, e existir por si só, somente por atores individualizados, e sim dentro de um conjunto de processos econômicos, sociais, culturais e políticos inerentes a sociedade.

Sendo assim, para Netto (1992 *apud* MONTAÑO, 2009),

a “questão social” não determina, por si só, a gênese do Serviço Social. Ela apenas dá base para a emergência da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a “questão social” e o Estado; mediação esta instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor terminal é o assistente social. (Netto 1992 *apud* MONTAÑO, 2009, p. 34)

2.2) Breve histórico sobre o processo de formação do Serviço Social no Brasil.

A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. (YAZBEK, 2009, p. 91).

O Serviço Social⁸ inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho surge no Brasil na década de 30, como um movimento social amplo direcionado pela igreja católica articulada à necessidade de formação doutrinária e social do laicato em oposição à organização da classe operária. A doutrina católica coloca-se enquanto uma terceira via entre o liberalismo capitalista e o comunismo.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer do processo de luta da classe operária⁹ por melhores condições de sobrevivência, porém a profissão possui

⁸ Entendendo que o Serviço Social surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e logo, em seguida, ao conjunto das classes dominantes. (CARVALHO & IAMAMOTO, 2004, p. 126).

⁹ Por muitas décadas a classe operária se viu oprimida de direitos como férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por

em seu início uma base social delimitada e fontes de recrutamento e formações de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (CARVALHO & IAMAMOTO, 2004, p. 127). Cabe ainda ressaltar que nesse momento a questão social é vista a partir da forte influência do pensamento social da igreja, que a trata como questão moral, como um problema de responsabilidade do indivíduo. (YAZBEK, 2009, p. 92).

Já vimos as particularidades na qual o Serviço Social se institucionaliza como profissão, porém para entendermos melhor o processo de legitimação da mesma, faz-se necessário contextualizar as características dos anos 30.

A conjuntura dos anos 30, liderada por Getúlio Vargas, vai ser marcada por profundas mudanças no padrão de vida da sociedade brasileira e constitui-se em um período marcado por um intenso processo de industrialização. Uma das principais características do período compreende no entendimento da questão social, como política social e responsabilidade do Estado, até então vista como caso de polícia.

Em se falando de políticas sociais o período compreende um momento histórico que permitiu “garantir” a regulamentação das relações de trabalho no país, porém essa atitude tinha como principal objetivo manter a classe trabalhadora aliada ao Estado, ou seja, não permitindo nenhum tipo de oposição ao poder e com a construção de um Estado Social.

Dentre as principais medidas trabalhistas, ressaltamos a cobertura de riscos, em parte pela regulação dos acidentes de trabalho, passando pelas aposentadorias e pensões e seguindo com auxílios doenças, maternidade, família e seguro desemprego. Também no mesmo período é criado o Ministério do Trabalho e em 1932, a Carteira de Trabalho. (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 107).

O período em questão compreende muitas outras medidas e também características, porém não nos deteremos aqui a esgotarmos todas elas, pois o que pretendemos é caracterizar a relação do Serviço Social com as políticas sociais.

Sendo assim, evidenciamos que é dentro dessa conjuntura na qual o Estado passa a reconhecer e legitimar algumas leis trabalhistas, mesmo que seguindo seus próprios interesses, ao lado de algumas instituições assistenciais, que o Serviço Social emerge enquanto profissão, porém agora não só como um trabalho de ação

lei. Portanto, essa classe cria um movimento para buscar uma mudança na forma como viviam e aparecerão como uma ameaça para sociedade burguesa.

social até então implementado no âmbito privado sobre o patrocínio da Igreja Católica, mas sim como um profissional que assume um lugar na execução das políticas sociais inerentes ao Estado. (YAZBEK, 2009, p. 92).

Porém é só a partir da década de 60 e 70, que o Serviço Social, através de um novo movimento conhecido como ‘Reconceituação’, denominado assim na América Latina, verdadeiramente rompe com o pensamento conservador da profissão, ou seja, com a prática paliativa, orientada por uma ordem liberal burguesa.

O trânsito dos anos setenta aos oitenta, porém, situou esta problematização num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira, exercida, desde 1964, por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar a serviço do grande capital (NETTO, 2011, p.9).

O Movimento de Reconceituação se torna um marco na história do Serviço Social. O mesmo surge da iniciativa de amplos movimentos¹⁰, que questionavam a ordem burguesa e seu estilo de vida vigente. No Brasil Netto (1991) evidenciou a expressão ‘Movimento de Renovação’, com diferentes vertentes internas, a modernização conservadora, a reatualização do tradicionalismo profissional e a intenção de ruptura com o conservadorismo e constituição de novas bases teóricas críticas.

Mas o quadro conjuntural balizado por 1968 constituía, em si mesmo, o cenário adequado para fomentar a contestação de práticas profissionais como as do “Serviço Social tradicional”. Os assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social” (NETTO, 2005, p. 73 e 75).

Este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura *[sic]* composta por nomes de oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos dos movimentos dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. (TEIXEIRA & BRAZ, 2010, p. 12).

¹⁰ Esses movimentos não eram apenas compostos por profissionais e intelectuais e sim por uma gama de grupos populares que se viam prejudicados em relação ao seu modo de vida, portanto, se manifestavam grupos específicos, como mulheres, estudantes, negros, emigrantes etc. Nas suas variadas expressões, questionavam o modo operante do Estado burguês.

Portanto o ‘Movimento de Reconceituação’, possibilitou muitas conquistas para o Serviço Social, a principal delas afirma Netto (2005), está na recusa do profissional de Serviço Social a situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais) e sim valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social, a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e trabalhadores sociais (os profissionais “da prática”). (NETTO, 2005, p. 77).

Instaura-se na profissão a partir de 1979 e ganha consistência na década de 1990 o projeto ético-político, é neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político¹¹. (NETTO, 2011, p.1).

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitou o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. (NETTO, 2011, p.11).

Esse período foi marcado por profundas transformações, contudo com a inserção da teoria social crítica¹² que inicia sua real interlocução com a profissão, revelando as bases do seu conhecimento dialético da realidade em seu movimento

¹¹ ¹⁰ O avanço do projeto nos anos 1980 deveu-se a construção de elementos que o matizaram entre nós, entre eles o Código de Ética de 1986. (TEIXEIRA & BRAZ, 2010, p. 13).

¹² Para Netto (2011) a teoria social crítica (e, com esta designação, referimo-nos à tradição marxista) já demonstrou que a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica – isto é: a sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, puramente factual. No entanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la. (NETTO, 2011, p.1).

contraditório, movimento no qual e através do qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade. Portanto a realidade social brasileira já era colocada como centro nos debates que conduziram ao currículo de 1982. (BEHRING & SANTOS, 2010, p. 2).

Tratou-se da realização de uma direção anunciada em 1982, que foi sobreposta, porém, por um conjunto de exigências teórico-políticas de qualificação profissional e capacitação docente, que levaram ao acerto de contas teórico-metodológico que perpassou a década de 1980. (BEHRING & SANTOS, 2010, p. 2).

Porém como afirma Behring e Santos (2010), reafirmar os ganhos teórico-metodológicos e éticos-políticos inaugurados em fins da década de 1970 exige sintonizar o Serviço Social com a elaboração da agenda anticapitalista. Isso pressupõe, portanto, apreensão dos fundamentos da sociabilidade vigente para a compreensão do que ela “permite, promove e impede”. (WOOD, 2003 *apud* BEHRING & SANTOS, 2010, p. 18).

2.3) Questão Social.

O Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho a partir do momento em que surge a necessidade de um profissional que atue nas políticas sociais inerentes ao Estado, como forma de enfrentamento da questão social¹³.

Portanto o Assistente Social é o profissional comprometido com a implantação e cumprimento das políticas sociais. E sendo a questão social o elemento fundamental de enfrentamento dessas políticas, onde suas expressões são objeto da intervenção profissional, nada mais do que coeso aprofundarmos o debate em torno dela.

São muitas as indagações a cerca da expressão “questão social”, porém aqui,

¹³ Até aqui compreendemos a questão social como fruto da relação capital trabalho que emana na sociedade capitalista. E que nos primórdios do Serviço Social brasileiro a mesma era apreendida como um problema do indivíduo, ou seja, como uma questão moral.

a Questão Social será apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

Netto (2001) também entende a “questão social” no marco da tradição marxista, onde somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção capitalista” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”. (NETTO, 2001, p. 45).

Assim, para entendermos o debate em torno da questão social na atualidade, é necessário retomarmos a gênese da mesma. E desta forma tendo como premissa que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho¹⁴ e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe. (IAMAMOTO, 2001, p. 10.)

De acordo com Iamamoto (2001), Pensar o debate sobre o trabalho e a questão social na atualidade é compreender a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza, para isso é necessário desvelar o que está posto por detrás da ótica do valor de uso¹⁵, ou da forma técnico-material em que se expressa o trabalho. Sendo necessária a compreensão da forma social da riqueza, isto é a natureza do valor de troca¹⁶ e os fetichismos que a acompanham.

Assim sendo é necessária a compreensão do caráter específico do trabalho e da riqueza na sociedade do capital, pois os apresentavam como riqueza em geral, destituída de sua historicidade, “como se o valor de troca fosse mero cerimonial”, já

¹⁴ O trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política, a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social e de suas expressões. (BEHRING & SANTOS, 2010, p. 6).

¹⁵ Valor que uma mercadoria tem por satisfazer uma determinada necessidade.

¹⁶ É o valor destinado a uma mercadoria pelo seu tempo de trabalho socialmente produzido.

anotara Marx. Portanto pensar o trabalho e a questão social na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade - específica da sociedade burguesa, visto que a exploração do trabalho é construída socialmente - que, na análise do autor de *O Capital*, dispõe de uma dupla e indissociável característica que a particulariza. (IAMAMOTO, 2001, p. 13).

Em primeiro lugar, nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. Portanto o trabalhador aparece como mero vendedor de mercadorias e vende sua força de trabalho. (IAMAMOTO, 2001, p.13). Porém é no processo de circulação que a mercadoria se transforma em dinheiro e que retorna ao capitalista como forma de lucro para compra dos meios de produção e a mercadoria força de trabalho.

Em segundo lugar, a mais valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. A tendência a reduzir o mínimo o preço do custo converte-se na alavanca mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece como força produtiva do capital. (IAMAMOTO, 2001, p. 13). Nesse processo de valorização, a mercadoria força de trabalho é a única capaz de criar valor.

Behring e Santos (2010) também analisam a questão social, trazendo como elemento explicativo a teoria de Marx e Engels, a qual explica a questão social, considerando as manifestações concretas do processo de acumulação do capital.

Deste modo, entende-se que o processo de acumulação capitalista produzindo e reproduzindo com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização e a luta de classes. A questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo. (BEHRING & SANTOS, 2010, p. 5).

Deste modo entendemos que a questão social é fruto das contradições do processo de acumulação capitalista e que, portanto é um elemento essencial desenvolvido pela tradição marxista, a qual entende a totalidade concreta e não situações sociais-problema em si mesmas, como era no Serviço Social tradicional. (BEHRING & SANTOS, 2010, p. 6).

Porém pensar a questão social na atualidade e a sua gênese requer a compreensão do que Iamamoto (2001) designou de um duplo movimento do processo de acumulação ou reprodução do capital que se realiza historicamente.

Que consiste na substituição dos trabalhadores ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade.

Essa substituição, através do avanço tecnológico, possibilita aos capitalistas produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente. (IAMAMOTO, 2001, p. 14).

Assim o processo de acumulação produz uma população supérflua para o capital. Onde uma parte da população se vê destituída do trabalho, essa superpopulação relativa, acirra a concorrência entre os trabalhadores, formando-se assim um verdadeiro “exército industrial de reserva”. Inclui-se também os trabalhadores precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”. Esse quadro é complementado com o crescimento do pauperismo, segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados. (IAMAMOTO, 2001, p. 15).

A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que a parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital. (MARX, 1985 *apud* IAMAMOTO, ano, p.). Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/ reprodução da questão social na sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2001, p. 15).

2.4) A Questão Social na atualidade.

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento processo de criminalização que atinge as classes subalternas (IANNI, 1992 e GUIMARÃES, 1979 *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 17). A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Segundo Iamamoto (2001), presencia-se um retrocesso no entendimento da questão social, pois retoma ao passado o enfrentamento da mesma, considerada como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado.

Além disso, retorna-se a noção de responsabilizar os indivíduos por suas dificuldades, eliminando a análise da dimensão coletiva da questão social, onde as suas múltiplas e diferenciadas expressões são desconectadas de sua gênese comum (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Sendo assim compreendemos que o enfrentamento da questão social na atualidade retrocedeu, destituindo do Estado a responsabilidade pela mesma, porém atribuem-se novas mediações a questão social, contudo isso não significa dizer que existe uma nova questão social, pois a raiz é a mesma e está fundamentada nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista que permanece o mesmo na nossa sociedade, através da exploração e desigualdade disseminadas sobre a população.

Essas novas mediações são atribuídas em parte pelo aumento da concentração de renda e aumento da pobreza. Ampliam-se as desigualdades distribuídas territorialmente, a distância entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados. (IAMAMOTO, 2001, p. 19).

Yazbek (2001) associa a essas novas mediações, as transformações das relações de trabalho e a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêem suas conquistas e direitos ameaçados. Em relação às transformações do mundo do trabalho merece destaque a expressão “capitalismo flexível”. (SENNETT, 1999, p. 9).

Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 1999, p. 9).

Desta forma a flexibilidade, sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos de trabalho, os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo etc. Atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego (IAMAMOTO, 2001, p. 19).

Este quadro é revelador da face mais desigual do capitalismo, onde o trabalho se torna flexível, portanto precário e destituído de qualquer garantia sólida, no qual os trabalhadores perdem seus direitos de proteção social, acirra-se a disputa por

uma vaga no mercado de trabalho e com isso o trabalhador é desvalorizado e formam-se contingentes de trabalhadores desempregados. A pobreza, portanto, é uma face dessa mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. (Yazbek, 2001, p. 35).

A violência da pobreza é parte da nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (Yazbek, 2001, p. 35).

Em relação às novas mediações da questão social, nos referimos ao aumento da concentração de renda, as transformações nas relações de trabalho e de suas consequências na vida da população, como forma de acirramento da pobreza, porém faltou abordarmos a redução da ação do Estado ante a questão social.

Iamamoto (2001) define como um amplo processo de privatização da coisa pública, no qual o Estado é submetido aos interesses econômicos e políticos no cenário internacional, em nome dos interesses do grande capital financeiro. A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação de projetos. (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Iamamoto (2001) propõe como estratégia de enfrentamento da questão social na atualidade, ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação.

2.5) Desafios de atuação do Serviço Social na atualidade.

Desta forma compreendemos que existem novos desafios para o enfrentamento da questão social na atualidade e refletir sobre eles é pensar também os desafios da atuação do Serviço Social, entendendo que o assistente social é o profissional que trabalha com as mais diversas expressões da questão social,

esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. (IAMAMOTO, 2001, p. 26).

Todo projeto e, logo, toda prática, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas, no modo de produção capitalista, elas são burguesia e o proletariado. (TEIXEIRA & BRAZ, 2010, p. 4).

São muitos os desafios encontrados na atuação do Serviço Social na atualidade, visto que são muitas as limitações impostas pelo projeto neoliberal em que vivemos, portanto, faz-se necessário uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando as conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos desafios do presente. (IAMAMOTO, 2001, p. 23).

Um dos principais desafios colocados hoje para a atuação do assistente social está em enfrentar as condições e relações de trabalho em que estão inscritos, que são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações Estado e sociedade e atinge as políticas sociais e ou ações voltadas a questão social. (IAMAMOTO, 2001, p. 24).

Sendo assim observa-se que as ações governamentais públicas, de abrangência universal no trato das necessidades sociais, estão sendo deslocadas para o âmbito privado, instituindo critérios de seletividade no atendimento dos direitos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 24).

Neste mesmo viés Yazbek (2001), considera que as políticas públicas estão sendo reduzidas, assim como a cidadania, num verdadeiro desprezo público pelas instituições universais de representação coletiva, despolitizando o reconhecimento da questão social brasileira, como expressão de relações de classe e neste sentido desqualifica-a como questão pública, transferindo a responsabilidade no trato da mesma para o âmbito privado, deslocando a pobreza para o lugar da não política e sim gerida pelas práticas da filantropia.

É essa despolitização que ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres e excluídos em nossa sociedade está na base do atual sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação de políticas sociais, da destituição de direitos trabalhistas e sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social. (Yazbek, 2001, p. 36).

Iamamoto (2001) considera como necessário,

capacitar os futuros assistentes sociais, mediante elementos teóricos e técnicos, para a leitura crítica dos orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político¹⁷ ora em construção. É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. (IAMAMOTO, 2001, p. 24).

Vimos que são muitos os desafios para a atuação do Serviço Social na atualidade, dentre os quais se destacam a fragmentação das políticas públicas no trato das políticas sociais, destituindo do Estado a obrigação pela efetivação das mesmas e transferindo a responsabilidade para o chamado terceiro setor, ou seja, privatizando e despolitizando tais políticas.

Esses desafios se refletem nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais de atuação profissional, como na habitação em Casimiro de Abreu, no próximo capítulo trataremos dos desafios de atuação do assistente social na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu.

¹⁷ A década que se inicia nos mostra dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional. (TEIXEIRA & BRAZ, 2010, p. 14).

Capítulo III

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO EM CASIMIRO DE ABREU – RJ.

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre a atuação do assistente social na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu, revelando os desafios encontrados por esse profissional na efetivação da política de habitação no município. Iniciaremos trazendo alguns dados sobre o município, depois apontaremos como está consolidada a política de habitação do município trazendo alguns dados da Secretaria e por fim como é atuação desse profissional nessa política na Secretaria.

3.1) Caracterização do Município de Casimiro de Abreu.

Como o objeto desse estudo aponta à cidade de Casimiro de Abreu e esta também vivencia muito das consequências da falta de planejamento urbano no Brasil, faz-se necessário recorrer a alguns dados que caracterizam melhor o município.

O município tem uma área territorial de 462 km², sendo que 6% dessa área é considerada urbanizada, em 2010 o município de Casimiro de Abreu apresentou uma estimativa de 11.155 domicílios particulares permanentes urbanos, distribuídos em quatro distritos. São eles: Sede (1º distrito); Barra de São João (2º distrito); Professor Souza (3º distrito) e Rio Dourado (4º distrito). Cabe destacar que o distrito sede e o de Barra de São João concentram os principais serviços e equipamentos públicos do município e no 1º Distrito que estão localizados os principais órgãos da administração pública. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

Casimiro de Abreu registrou desde 1970 um crescimento do número de habitantes relativamente alto e estável (em torno de 50% a cada década¹⁸). Esses habitantes estão concentrados, principalmente, em dois distritos, Casimiro de Abreu (1º distrito, sede) e Barra de São João (2º distrito) (IBGE, 2000). Em relação ao número de habitantes em 2010 foram constatados 34.358 distribuídos nos quatro distritos do município. O que inclui esse município na classificação de pequeno porte II¹⁹. (IBGE, 2010), sendo que 82,8% da população se concentram na área urbana. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

Na caracterização dos municípios do país, elaborado pelo Ministério das Cidades para o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o município de Casimiro de Abreu é reconhecido como “Centro urbano em espaço rural próspero com moderada desigualdade social” (Tipo F, dos 19 existentes)²⁰. Na definição dessa classificação foram utilizadas dimensões como concentração populacional, riqueza, grau de desigualdade social e regionalização, tendo em vista a forte articulação existente entre habitação e desenvolvimento urbano. O agrupamento dos municípios com características próximas ou semelhantes tem o objetivo de sintetizar um desenho dos meios necessários para se reduzir o déficit habitacional básico (Ministério das Cidades, 2008).

O município de Casimiro de Abreu possuía, no ano 2006, apenas 6,49% da população abaixo da linha da pobreza, o melhor índice na região do Conleste, segundo a pesquisa “A Observação Internacional dos Impactos do Comperj sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do Conleste²¹” (ONU-

¹⁸ Esta observação não se aplica ao período de 1991 a 2000, pois em 1992 o distrito de Rio das Ostras se emancipou do município de Casimiro de Abreu. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

¹⁹ Entende-se por município de pequeno porte 2 aquele cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes (cerca de 5.000 a 10.000 famílias em média). Diferenciam-se do pequeno porte 1 especialmente no que se refere à concentração da população rural que corresponde a 30% da população total. Fonte IBGE (Censo 2010).

²⁰ Os municípios de tipologia F têm população entre 20 e 100 mil habitantes e representam 24,7% da população do país. Concentram 16,5% do déficit habitacional nacional básico (estimado em 7.934.719 domicílios para o ano de 2006) e apresentam taxa de urbanização média de 70%. Estão situados em microrregiões do Centro-Sul, predominantemente no Sudeste, e estão crescendo moderadamente com taxas variando entre 0,90% e 2,00% ao ano. Apesar das taxas de desigualdades sociais serem altas, os indicadores de precariedade nesses municípios mostram uma situação favorável se comparados aos demais municípios do país, com média de 0,99% dos domicílios sem sanitário, por exemplo, contra a média do Brasil de 7,73% (Ministério das Cidades, 2008).

²¹ A composição do Conleste resulta da agregação de municípios que, do ponto de vista político administrativo estadual, integram duas Regiões de Governo: Metropolitana e das Baixadas

Habitat e UFF, 2009) que demonstra que, para o período entre 2000 e 2006, esse número diminuiu. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

Apesar do dado positivo em relação à população abaixo da linha de pobreza, ainda segundo a pesquisa, a análise da concentração de renda pelo coeficiente Gini²², para 2006, indica concentração de renda no município (0,540) e, conseqüentemente, índices de desigualdade social. Isso se confirma quando observado que, em 2008, o estrato do 1% mais rico possuía 11,21% da renda do município, enquanto os 10% e os 20% mais pobres possuíam 2,04% e 5,10%, respectivamente²³. Nesse sentido, o setor produtivo que se destacou com maior concentração de riqueza foi o da agricultura, onde o 1% mais rico possuía 20,40%²⁴ da renda total do município. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

3.2) A Política de Habitação em Casimiro de Abreu.

No município de Casimiro de Abreu a Secretaria de Habitação, Saneamento e Urbanismo (SEMHASU) tem como complemento de suas ações direcionadas ao atendimento do déficit habitacional a atuação da Secretaria de Assistência Social. Para a realização de suas ações, estas secretarias possuem, além dos seus recursos próprios, convênios com os governos estadual e federal. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

O Programa Bolsa Aluguel, da Secretaria de Assistência Social, foi criado para atender as carências emergenciais de moradia, tais como as decorrentes de perda da moradia por deslizamento, enchentes, domicílios insalubres, determinação judicial e outros. Em 2009, a SEMHASU inseriu nove requerentes do Programa

Litorâneas. Este recorte territorial, embora não se constitua oficialmente em uma “região”, passa a ter, parcialmente, este caráter, ao se considerar o interesse comum que os agrega – a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro o que por si só justifica o tratamento sistematizado de informações sobre o conjunto de municípios sob a sua área de influência.

²² O índice de Gini mede a concentração de renda, sendo que um índice 1 equivale a concentração total e um índice zero equivale a uma renda desconcentrada totalmente. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

²³ Essa relação é uma das bases do coeficiente de Gini: quantas vezes a renda per capita dos 1% mais ricos é maior que a renda per capita dos 20% mais pobres. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

²⁴ Extrapolação para o ano de 2006 via PNAD. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

Bolsa Aluguel em programas de construção ou reforma de moradia. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

No município os Projetos e Programas de Habitação são regulamentados basicamente por duas leis.

Lei nº 472 de 1º de dezembro de 1998 – que define a implantação do Programa Assistencial e Habitacional denominado “Vida Nova” cujo objetivo maior é proporcionar as pessoas de baixa renda “morada digna e respeito humano”.

Lei nº 528 de 04 de novembro de 1999 que implementou o Programa Assistencial denominado “Viva Melhor” com a finalidade de propiciar às famílias empobrecidas do município as necessárias condições de moradia.

Além dessas duas leis destinadas aos programas habitacionais do município existem outros marcos legais e regulatórios no trato da questão habitacional²⁵.

Nos dois Programas, o perfil da população atendida se caracteriza por famílias que possuem renda familiar de até 03 (três) salários mínimos.

Os programas habitacionais “Vida Nova” e “Viva Melhor”, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Habitação, Planejamento e Urbanismo, atendem às demandas por moradia da população de baixa renda, oferecendo os seguintes serviços: Doação de casas populares ou lotes: o serviço é financiado com recursos próprios e por meio de convênios com o governo estadual e federal; Construção de embriões (unidade habitacional com área mínima construída e com previsão de ampliação a ser realizada pelo morador): o munícipe requerente precisa comprovar ser proprietário da área onde será realizado o projeto; Reformas e melhorias habitacionais: consiste na realização de projetos de melhora, ampliação ou reedificação dos domicílios que apresentam condições precárias ou de inadequação. Às vezes, essas reformas e melhorias são realizadas com materiais de construção doados e podem contar também com fornecimento de mão-de-obra e de kit fossa.

²⁵ A questão da habitação no município é orientada pelos seguintes diplomas legais: Plano Diretor Participativo - PDP (Lei Complementar nº 1.060 de 05 de outubro de 2006); lei do Fundo Municipal de Habitação (Lei nº 1.178 de 06 de novembro de 2007); lei do Conselho Municipal de Habitação (Lei nº 1.157 de 28 de junho de 2007); lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 1.060 de 05 de outubro de 2006, Art. 96,97 e 98); Código de Obras (Lei nº 49, de 05 de outubro de 1979); Código de Posturas (Lei nº 24, de 13 de dezembro de 1977); lei de Parcelamento do Solo (Lei nº 48, de 05 de outubro de 1979 e Lei nº 352, de 04 de março de 2010); lei Ambiental (Lei nº 352, de 04 de março de 2010); além do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) e da Medida Provisória nº 2.220/2001. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

A SEMHASU desenvolve ainda outros dois projetos, o kit fossa, que consiste na doação de filtro, sumidouro e caixa de gordura para famílias com renda até três salários mínimos que estejam incluídas no cadastro feito especialmente para esse programa e a elaboração de projeto de construção até 60 m² - chamados de casas proletárias, destinado a famílias com renda até três salários mínimos, sem qualquer custo para o requerente, sendo realizados em média 350 projetos por ano.

A secretaria tem ainda uma parceria com o setor de Captação de Recursos da Secretaria de Planejamento e Dados e a Fundação Nacional de Saneamento Ambiental (FUNASA), com o objetivo de atender um grupo de 60 famílias no bairro de Palmital, em Barra de São João, onde estão em construção banheiros (kit sanitário). Essas famílias estão inscritas em um cadastro específico da SEMHASU e devem possuir também renda de até três salários mínimos. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

Tendo em vista atual política nacional de habitação, o município possui financiamento externo, sendo os principais financiadores o governo federal através do Ministério das Cidades e governo estadual através da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro).

Em relação às demandas habitacionais foi realizado um levantamento com base nos cadastros realizados pela SEMHASU no período de 2006 a 2009. Dos 3.665 pedidos de casas e lotes, nestes 4 anos, apenas 165 foram atendidos no ano de 2009 e 9 embriões entregues. E quanto às inscrições do programa Minha Casa Minha Vida, nenhuma família foi atendida até o ano de 2009 (nesse ano esse programa cumpria apenas a etapa de inscrições). Foi iniciada também em 2009 a construção de 72 casas em Professor Souza, que foram entregues no segundo semestre de 2011. (Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS).

3.3) A atuação do Serviço Social na Secretaria de Habitação em Casimiro de Abreu.

Apesar de não existir registros que possibilitem analisar o contexto histórico da inserção do Serviço Social na Secretária de Habitação de Casimiro de Abreu, é possível constatar que a entrada do profissional na equipe técnica do órgão, inclusive com abertura de vagas através de concurso público, está diretamente ligado a nova política Nacional de Habitação que tem como exigência a realização

de trabalho técnico Social em todas as intervenções de habitação de interesse social nas operações contratadas com entes federados, como suporte as ações e programas de Habitação de Interesse Social – Ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - HIS/FNHIS; e Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA - Modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais.

A Secretaria tem em seu corpo técnico apenas uma profissional do Serviço Social, que ocupa cargo efetivo, tendo suas atividades sido iniciadas em abril de 2009. O referido profissional não possui especialização voltada para a área de habitação. Durante esse período de atuação a instituição ofereceu uma atividade de capacitação direcionada a implementação dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS).

3.4) Os desafios na atuação do Serviço Social na Política de Habitação em Casimiro de Abreu.

Com a finalidade de compreender a atuação do Serviço Social na Secretaria de Habitação foi realizada uma entrevista com a assistente social que atua no município. Para a apresentação elaborou-se eixos de análises a partir da própria entrevista. São eles: A política nacional de habitação, como está organizada a política de habitação no município, o déficit habitacional do município, demandas trazidas pela população, as expressões da Questão Social identificadas na atuação do Serviço Social, a materialização do projeto ético-político, os limites e as possibilidades do Serviço Social e a relação com o poder público.

Antes de dar início à reflexão dos eixos estruturantes dessa pesquisa, com base na entrevista faremos uma breve apresentação dessa profissional.

A assistente social é formada na UNISUAM (Centro Universitário Augusto Motta) em Bom Sucesso – RJ, em 2003, pós-graduada em administração e planejamento de projetos sociais. A escolha pela profissão foi em decorrência do seu interesse em compreender a problemática social, a questão de classe, como consequência da sua participação como militante nos movimentos sociais, movimentos negro, partidos políticos e associação de moradores. E também em decorrência da sua experiência profissional, anterior a formação, a qual atuou como educadora social na abordagem com a população de rua, crianças e adolescentes e

depois com a população adulta e também em vários projetos sociais, anterior a criação das ONGs.

Logo depois de formada a mesma atuou na coordenação de equipe de um projeto de casa abrigo da Igreja Metodista, durante um período de três anos, depois passou no concurso da prefeitura de Nova Iguaçu, em seguida Angra dos Reis e depois Niterói e por fim Casimiro de Abreu todas no Rio de Janeiro. A mesma abdicou do seu vínculo nas Prefeituras de Niterói e Angra dos Reis e permanece atuando em Nova Iguaçu e na Habitação em Casimiro de Abreu.

3.4.1) A política nacional de Habitação no Município.

a questão da habitação como um direito e como um dever do Estado, isso é muito novo entendeu, então ainda é diferente da saúde, diferente da educação, as pessoas, a própria população ainda não tem esse entendimento da moradia como um direito, que tem que ser atendido pelo poder público, uma política pública, a moradia, a habitação, até a muito pouco tempo ela estava 100% regida pela lógica do mercado, essa presença do Estado na criação da política de habitação ela é muito recente. (Assistente Social).

Refletir sobre a atuação do Serviço Social nos trabalhos que são atribuídos à categoria, quando estes são decorrentes das complexas dimensões que perpassam pela questão urbana na atualidade, requer compreender como está direcionada a política de habitação.

Como um primeiro eixo de análise buscou-se compreender como está organizada a política nacional de habitação no município.

De acordo com o relato da assistente social o município recebe verba do governo federal para o financiamento de dois projetos,

o município ele tem dois projetos que é um projeto de construção de casas e tem os projetos que o município aprova junto ao Ministério das Cidades, agora, por exemplo, a gente está com o projeto “Minha Casa Minha Vida” para a construção de 200 unidades com verba do Governo Federal, com uma contra partida do município, e aprovação em andamento tem um novo projeto com o Governo do Estado que é também a construção de 90 casas também com verba do Governo do Estado. (Assistente Social).

A política nacional de habitação é muito recente, e ganhou visibilidade a partir da década de 70, quando os movimentos populares passam a reivindicar pelo direito a moradia. Até então a moradia não era pensada como um direito e de responsabilidade do Estado.

Na fala da entrevistada percebemos a importância dessas conquistas, visto que os municípios passam a ter uma contrapartida do Estado no trato da questão da moradia. Como parte da política nacional de habitação, a assistente social fala também da organização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e da importância do mesmo no controle do déficit habitacional dos municípios.

Eu tive a oportunidade de trabalhar na organização do plano municipal, então a gente realmente fez um trabalho de campo, a gente debruçou sobre isso, depois esses dados foram compilados através da estatística e assim Casimiro de Abreu ainda não tem uma situação alarmante em termo do déficit habitacional, mas é bem significativo já. (Assistente Social).

O Plano mostrou isso, a gente tem um déficit significativo e precisa ser tratado, o plano trabalha com a questão da projeção e as metas até 2023, o que deixa a gente preocupada é que hoje a produção que foi levantada mostra que hoje nós teríamos que ter uma produção maior, bem maior, pra quando chegar em 2023, a gente tá numa situação adequada, normal, o que preocupa é se a gente continuar com essa mesma produção, aí sim em 2023 a gente não vai ter revertido esse processo e a gente vai estar numa situação caótica, é uma determinação da política nacional, todos de habitação, todos os municípios tem que fazer esse plano até dezembro de 2011. (Assistente Social).

Vimos que a moradia hoje faz parte de um direito constitucional, no entanto uma significativa parcela da população ainda não tem onde morar. O número em relação ao déficit habitacional é muito grande, Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007), realizada pelo IBGE, no Estado Rio de Janeiro foram constatados 711.419 domicílios vagos em condições de serem ocupados e em construção.

O déficit é absurdo, a única condição que o país tem de minimizar essa questão do déficit, será seguir a risca o que está estabelecido nos planos locais de habitação de interesse social, porque se os planos forem elaborados único e exclusivamente para atender uma

determinação da política nacional de habitação e depois ficarem engavetados não interessa (Assistente Social).

Essa realidade é vivenciada também em Casimiro de Abreu, na fala da assistente social fica clara a preocupação da mesma em relação ao déficit habitacional no município.

3.4.2) Demandas para o Serviço Social.

Iamamoto (2009) afirma que:

as necessidades sociais dos cidadãos, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. (IAMAMOTO, 2009, p.40).

Quando perguntada sobre a demanda trazida pela população, a assistente social discorre sobre algo que é fundamental, e que perpassa a moradia em si, ou seja, vinculada as relações de classes.

Além da casa, tem uma questão assim como tem um problema grave de renda, e a renda da população é uma renda muito baixa, então, por exemplo, a gente tem situações que as pessoas que foram contempladas com a moradia, há 7,10 anos atrás, hoje estão na Secretaria cadastradas pedindo melhorias, ganharam a casa não conseguiram fazer a manutenção hoje esta casa está totalmente precária, e eles por não terem melhorado na questão da renda, hoje eles continuam dependendo da ajuda do serviço público para garantir uma moradia adequada. (Assistente Social).

A assistente social deixa explícito na sua fala, que os sujeitos que foram contemplados com a casa, não conseguem se emancipar, ou seja, não conseguem superar uma condição de falta de renda.

Desta forma compreendemos que a moradia, assim como outras demandas vivenciadas pela população que não tem renda, que não tem emprego, que não tem

oportunidade, faz parte de uma complexa rede de exclusão e desigualdade existentes em todas as cidades do país.

E que, portanto, a questão da moradia está implícita no modelo concentrador, excludente e desigual, que privilegia uns em detrimento de outros. Para além da questão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais, Rolnik (2002), afirma que em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer.

Outro aspecto trazido pela assistente social e que se faz necessário ressaltar é a falta de visibilidade do déficit habitacional existente no município.

A demanda ela chega muito isolada, apesar de puxar o cadastro da Secretaria de habitação, o déficit do cadastro que chega da população é imenso, mas você não vê isso, isso não tá visível, porque não há uma organização, essa demanda não tá organizada, essa população necessitada não está organizada, então ela não tem visibilidade. (Assistente Social).

Essa falta de visibilidade como ela mesma traz está associada a uma falta de planejamento e organização, ela também fala da importância da organização comunitária, “que é isso que vai fazer com que essa população se mobilize, se organize e faça com que a gestão pública de conta dessas necessidades”. (Assistente Social).

3.4.3) Identificação das expressões da Questão Social

Yazbek (2001) afirma que:

as seqüelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Sabemos também que em nossa prática cotidiana a relação com o real é uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. (YAZBEK, 2001, p, 39).

Como já vimos no capítulo II o assistente social é o profissional que atua diretamente no enfrentamento da questão social, que se materializa em diversos problemas sociais enfrentados pela população.

Na habitação não é diferente e se encontram expressas na moradia precária, na exclusão social do espaço e se agravam mais nas enchentes, nos alagamentos, enfim nos desastres vivenciados por todos.

Tendo em vista a sua importância nos trabalhos atribuídos a categoria, perguntamos à profissional se a mesma consegue identificar as expressões da questão social com que trabalha na instituição.

A assistente social identifica que a questão social além de estar explícita na questão da habitação, está relacionada à renda da população que é uma renda muito baixa.

A questão da habitação está muito ligada à questão do trabalho e renda, a população que mais sofre com a carência da moradia é a população que também tem uma renda muito baixa, [...] é explícito a questão da desigualdade na sociedade, que ali pra gente ela é mais visível na questão da moradia [...] a gente percebe no cadastro social, nas visitas, a gente percebe que as coisas estão interligadas a população de baixa renda, a questão da baixa escolaridade e por conta disso tem uma moradia precária também, então é um resultado essa desigualdade toda ela se concretiza nessas questões todas. (Assistente Social).

A partir da resposta da assistente social podemos notar que ela tem clareza dos usuários que atende e de onde se reflete essa questão social, que está relacionada a uma questão mais macro, de desigualdade, de baixa escolaridade e que incide em uma renda baixa da população.

Portanto identificamos com a fala da assistente social algo que já havíamos mencionado no segundo capítulo em relação à questão social e sua configuração na cena contemporânea, onde crescem as desigualdades sociais e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – na sua maioria silenciada pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

3.4.4) Desafios para efetivação da Política de Habitação no Município.

Em relação à efetivação da política de habitação no município de Casimiro de Abreu, existem duas questões a serem enfrentadas, são elas: A falta de

planejamento e a questão política partidária. A assistente social fala dessa dificuldade.

Tem a questão da falta de planejamento, ainda é um problema muito difícil, você lida diariamente com essa falta de planejamento, a questão política partidária, ainda tem muita interferência, não se pensa o coletivo, não se pensa um projeto coletivo, e ainda há um interesse muito grande de se manter o “varejo”, tijolo para um cimento para outro, isso para nós técnicos isso é uma situação extremamente difícil de trabalhar, está sempre lhe dando com esse impasse, tentando garantir um atendimento coletivo, que desse conta realmente da prioridade a partir da população, daquele requerente, independente de como ele veio, se foi encaminhado, tem essa questão do “encaminhado”. (Assistente Social).

Maricato (2008) afirma que o clientelismo e a relação de favor ocupam o lugar da relação baseada em direitos. Essa cultura clientelista, ou seja, do direito que é confundido com favor, infelizmente persiste e impede a concretização de uma política pública nos municípios, portanto, essa característica que se faz presente nos organismos públicos e prejudica a realização de qualquer trabalho.

A assistente social fala da vantagem de se trabalhar com as verbas externas do governo estadual e federal, pois garante uma melhor realização e efetivação das políticas.

O bom de quando você trabalha com a verba federal, estadual, os projetos que vem do governo federal, é muito mais difícil essa coisa de “tomar conta”, tem um controle, tem normas claras, não tem restrição de quem é esse beneficiário, como que escolhe, quem é que escolhe, tem responsabilidade toda ali. (Assistente Social).

Portanto hoje no município de Casimiro de Abreu um dos principais desafios a ser superado e que impede a população de acessar os serviços é a falta de planejamento, na entrevista a assistente social fala sobre a produção da Secretaria do ano de 2010 e 2011.

Falta muito planejamento ainda, por exemplo, a produção da Secretaria de Habitação específico na área de moradia, em 2010 a gente conseguiu construir me parece que foram nove embriões, são

moradias com quarto, sala e cozinha conjugada, foi a produção de 2010, 2011. (Assistente Social).

A assistente social fala também da falta de interesse político e da falta de uma organização dos municípios.

Muitos municípios perdem verba federal, por não conseguirem executar os projetos, Casimiro ta quase perdendo espero que não aconteça isso, porque não consegue, porque não tem equipe, porque nunca se investiu nisso, porque não é uma área de interesse, porque não dá um retorno imediato, dá o saco de cimento sim, dá o tijolo dá, mas pensar uma política de habitação, pensar a política de habitação quanto política pública isso é muito recente, o governo federal está também enxergando isso. (Assistente Social).

Compreendemos que a falta de um planejamento que leve em consideração as especificidades da população e associada à cultura do favor impede a concretização das políticas de habitação, prejudicando a população na garantia do acesso a bens e serviços.

Deste modo faz-se necessário a compreensão de dois elementos necessários para efetivação da política de habitação nos município de Casimiro de Abreu, são eles: planejamento e participação, ou seja, a busca de uma maior participação popular no planejamento urbano. “A necessidade de organização comunitária, para que essa população tenha voz, consiga mostrar no coletivo essas demandas e essas necessidades”. (Assistente Social).

3.4.5) A Atuação do Serviço Social na Política de Habitação.

O Serviço Social tem atuado na avaliação sócio-econômica dos requerentes com vista à inclusão em projeto de reforma, de construção de casas populares e distribuição de lotes. A rotina de trabalho da profissional consiste em atender no setor os requerentes com possibilidade de serem atendidos nos Programas e Projetos da Secretaria.

A gente trabalha essa questão da avaliação social para inclusão dos projetos, tanto nos projetos do governo federal, tanto para os projetos do município, eu particularmente participo do conselho e represento a Secretaria no Conselho de Assistência Social também, na coordenação dos projetos sociais também, que são vários projetos do PAC, que é um trabalho muito interessante. (Assistente Social).

Em relação ao registro dos atendimentos é feito de forma específica de acordo com a demanda apresentada por cada requerente. O registro quantitativo é feito através da anotação diária de cada atendimento e o registro qualitativo é feito em relatórios mensais, onde se registram as dificuldades, avanços, as metas alcançadas e outros dados qualitativos.

O Serviço Social enfrenta algumas dificuldades para realização do monitoramento e avaliação de suas atividades tendo em vista que o trabalho é desenvolvido por apenas um profissional, ainda assim o principal instrumento de avaliação é o levantamento das atividades realizadas a partir dos objetivos e metas traçadas para cada atividade, sendo o resultado sistematizado através do relatório mensal.

Em relação aos projetos do PAC, ela afirma como novidade da política de habitação a participação do beneficiário no acompanhamento dos projetos.

É a oportunidade que você garante a voz do beneficiário, não tem mais aquele do grande empreendimento que é feito com a população totalmente alheia a tudo, mas não, através do projeto social é possibilitado que a população que vai ser beneficiada ela acompanha toda a execução do projeto. (Assistente Social).

Porém sabemos que essa participação que está ligada a agenda da reforma urbana, e que realmente deveria garantir a essa população uma participação e um acompanhamento de todo o projeto, não implica nas tomadas de decisão que continuam sendo adotadas de cima para baixo.

Em relação às dificuldades encontradas por essa profissional na realização das suas atividades, são muitas, a começar pelo fato de que não existe uma equipe do Serviço Social, sendo ela a única assistente social da Secretaria.

Sobre isso a mesma expõe que,

é uma coisa que tenciona o trabalho da gente, porque para o arquiteto, para o engenheiro é difícil ele entender o porque que meu trabalho, meu atendimento tem que ser privado, agente mudou e criou uma sala dos técnicos, não pode, ai você tem que explicar, esclarecer, e ai você é sozinha, naquele espaço, naquele grupo com outras pessoas, com engenheiros, ou com arquiteto. (Assistente Social).

A assistente social também relata sobre a falta de recursos físicos, como a falta de uma sala do Serviço Social, o que prejudica no atendimento dos usuários.

Eu como alternativa só atendo o público um dia por semana, porque é o único dia que eu tenho uma sala disponível, mas foi até onde agente conseguiu negociar nesse momento até que construa a sala do Serviço Social, enquanto não tem, eu só tenho uma sala disponível uma vez por semana. (Assistente Social).

É o descaso vivenciado no trato da questão pública, na fragilização dos serviços sociais, no descaso das políticas públicas, onde o assistente social, que é chamado para implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos (IAMAMOTO, 2001, p, 20).

Sobre isso lamamoto (2009) descreve.

Temos, por um lado, o crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização. Esta se choca com a já crônica – e agora agravada – falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que erige o mercado como a “mão invisível” que guia a economia. (IAMAMATO, 2009, p. 160).

Outro problema enfrentado por essa profissional é a sobrecarga de trabalho.

Só para você compreender e orientar aquele requerente, com falta de recurso, com falta de sala, ele chega com uma moradia precária, uma criança com problema de saúde, e a casa não tem ventilação, ai você tem uma carga horária mínima (...) por que com uma carga

horária de 20 horas acaba tendo uma sobre carga de trabalho (...) e você tem um atendimento mínimo também, mas pela faixa de salário que você recebe você não tem condição, tem que ter realmente uma carga de horária mínima pra você poder investir em outros trabalhos. (Assistente Social).

Além dessa carga mínima de trabalho esse profissional é requisitado a atuar na formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos externos aos da Secretaria, é o que Iamamoto (2001) considera como um processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, onde os assistentes sociais atuam na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como, do planejamento e gestão, com novas exigências de qualificação.

Sobre isso a profissional relata sobre a sua participação na conferência excelência na gestão, realizada pelo Ministério das Cidades, em parceria com a Petrobras.

Essa conferência é uma iniciativa do governo federal, (...) de capacitar os municípios, o seminário foi excelência na gestão, porque existe um trato para isso, existe muito recurso do governo Federal principalmente (...) então, eles vão está capacitando equipes dentro do município. (Assistente Social).

Deste modo verificamos que ainda são muitas as dificuldades postas à atuação profissional, porém não podemos deixar que essa realidade de precariedade dos serviços públicos que enfrentamos e da qual temos de partir no cotidiano profissional nos afixe. (IAMAMOTO, 2009, p, 161).

Quando perguntada sobre os limites encontrados no seu cotidiano profissional a Assistente Social afirmou que,

os limites estão determinados por uma demanda muito grande e com recursos muito pequeno, a gente faz um levantamento de 50 famílias e o recurso do projeto dá pra atender 20, uma questão que não é um limite mas é uma dificuldade é essa cultura política deteriorada, negativa que insiste em colocar a par da população que aquele benefício não é um benefício mas é um favor ai a pessoa fica eternamente grata a um determinado indivíduo. (Assistente Social).

Novamente ela traz dois limites que estão presentes nos trabalhos atribuídos à categoria, a questão dos mínimos sociais que não dá conta de uma demanda que é muito maior, onde igualmente se rebate na fragilização dos investimentos na área social e, essa confusão na esfera do direito que é confundido com um favor, cultura essa que ainda permanece entranhada nas relações políticas, não só nos municípios considerados de pequeno porte como Casimiro de Abreu, mas nas grandes cidades, nos Estados e em todo país.

Em relação às possibilidades a mesma afirma que é,

você fazer um trabalho com muita articulação, a gente trabalha muito com a Secretaria de Assistência Social, a gente tem articulações com a saúde porque a moradia tá muito ligada com a questão da saúde também e assim demanda o que vai possibilitar o técnico, profissional romper com muitos desses limites é fazer um trabalho articulado e principalmente domínio da legislação. (Assistente Social).

Nesse mesmo viés, Iamamoto (2009) afirma que existem outros encaminhamentos possíveis para a prática profissional, no qual podemos nos unir com outras forças sociopolíticas, forças essas que vêm lutando pela defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, pela crescente participação dos usuários e das organizações da sociedade civil na gestão dos serviços públicos. (IAMAMOTO, 2009, p, 162).

3.4.6) Materialização do projeto ético-político profissional

De acordo com Teixeira e Braz (2009), O projeto ético-político nos fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria.

No que se refere ao projeto ético-político profissional, perguntou-se a assistente social se ela percebe a materialização do mesmo na Secretaria de Habitação em Casimiro de Abreu.

A assistente social afirma que,

é na garantia de direito, uma questão que a gente trabalha é a educação enquanto direito, agente desconstruindo esse entendimento da beneficiária, do favor, da troca, então eu acho que é uma contribuição significativa e aí o projeto ético político fundamenta

a gente nisso, essa questão do direito [...], então eu acho que isso é uma questão muito marcante no projeto ético político, mas a questão da participação, do direito, do acesso aos serviços acho que o projeto ético político se materializa em toda nossa etapa do nosso trabalho. (Assistente Social).

Percebemos que na fala da assistente social ela traz a questão do direito, do acesso aos serviços e principalmente a participação, essa última deve ser considerada como um dos principais fundamentos que norteiam o projeto profissional do Serviço Social.

Sobre isso Iamamoto (2009) reafirma-se, portanto,

o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhes dizem respeito. Isso é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debate e de representação etc. (IAMAMOTO, 2009, p, 143).

Portanto identificamos que a profissional demonstra um compromisso com o projeto ético-político reafirmando a possibilidade de materialização do projeto na sua atuação na habitação.

Os desafios a serem superados pelo Serviço Social são muitos, vivemos um momento em que se afirma um projeto neoliberal, e por consequência uma série de devastações e fragilizações no mundo do trabalho, que recai sobre a população mais desfavorável economicamente, a menos qualificada para o mercado, enfim sobre a população que demanda pelos serviços nos quais atuamos, portanto, faz-se necessário enfrentarmos todas essas atribuições com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p, 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de compreender a atuação do assistente social na Secretaria de Habitação em Casimiro de Abreu – RJ. Para abarcar a realidade deste profissional, assim como conhecer a política que ele atua, percorremos por alguns elementos, como a conformação do problema urbano nas cidades brasileiras, a trajetória da profissão, dando ênfase a Questão Social e os desafios de atuação do assistente no seu cotidiano de trabalho.

O primeiro elemento foi o de entender como se configurou os problemas urbanos no Brasil, pois através dessa compreensão é possível perceber o porquê da realidade de precariedade vivenciada pela população desse país, que durante muito tempo foi excluída do processo de formação das cidades brasileiras, como é demonstrado mais particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, assim como a maioria das cidades brasileiras, foi palco de um verdadeiro processo de estratificação social, onde a cidade foi dividida em ricos e pobres e na qual o Estado se manteve omissivo a todas as formas irregulares de ocupação do solo, o que perpetuou em um grande contingente de pessoas ocupando os lugares que não tem uma infra-estrutura para se morar. “A política urbana no Brasil foi utilizada como instrumento de exclusão e de perpetuação de privilégios e desigualdades.” (ROLNIK, 2002, p. 53).

Tendo em vista que o processo de formação das cidades não compreendeu a todos, “será que é possível uma política urbana contra exclusão?” (ROLNIK, 2002).

Durante muitos anos a questão da habitação não foi pensada como uma política de responsabilidade do Estado, atualmente presenciamos o resultado de muitos passos importantes que foram dados em relação à questão da moradia.

Na segunda parte do capítulo abordamos como está formulada a política de habitação atualmente, tendo em vista que por muitas décadas a habitação não foi pensada como uma política de responsabilidade do Estado, isso é muito recente, e muito das conquistas que são apontadas neste trabalho como, por exemplo, a criação do Ministério das Cidades, só foi possível pela articulação de alguns movimentos sociais a partir da década de 70. Porém mesmo tendo avançado inclusive com a criação da política urbana, apontada nos artigos 182 e 183 da constituição, ainda existe um déficit habitacional. Portanto são muitos os desafios de consolidação dessa política, tendo em vista também que existe uma clara

transformação da moradia de política social em política mercantil presente em alguns programas do governo federal como “O Minha Casa Minha Vida”.

É este o quadro que se apresenta aos profissionais de Serviço Social que lidam cotidianamente com as contradições da problemática urbana. Vimos que existem grandes desafios e limitações postos pelo contexto sócioeconômico não somente ao Serviço Social, mas a todas as categorias profissionais que se empenham no enfrentamento dessa questão. “As requisições postas aos assistentes sociais estão permeadas pelas circunstâncias em que se produzem as necessidades sociais e pela caracterização das intervenções sociais que se propõem a enfrentar as manifestações da questão social.” (Trindade, 2001).

Por isso em um segundo momento buscou-se compreender a matéria prima do Serviço Social: a “questão social”, entendendo que a falta da reforma agrária e uma política habitacional voltada para os interesses do capital, e não do trabalho, apresenta umas das conformações da “questão social”.

Vimos que dentro do âmbito da profissão, as principais dificuldades postas à atuação profissional, se relacionam à necessidade do profissional conseguir lidar com a questão social explícita nos problemas de habitação da população, compreendendo seu desenvolvimento dentro de um contexto histórico, sua dinâmica, conflitos e antagonismos que perpassam sua atuação. Dentro do âmbito institucional as principais dificuldades estão relacionadas às influências e interferências dos critérios políticos partidários no encaminhamento da política pública.

Os principais desafios postos à atuação profissional, dentro da profissão como no âmbito institucional, é o de poder criar as condições de superação das dificuldades apontadas, através da construção de novas estratégias de intervenção e de articulação com as diferentes instâncias institucionais.

Na entrevista com a assistente social foi possível observar que a política pública de habitação assim como todas as outras políticas reflete o contexto social em que é hegemônico o direcionamento de negação de direitos fundamentais, já legitimados, mas ainda não garantidos, tendo em vista que o que prevalece são as normas do sistema instituído que privilegia o direito privado e do mercado em detrimento do atendimento das necessidades coletivas. Mesmo em um município pequeno foi possível perceber que os problemas habitacionais da população estão

diretamente relacionados ao modelo sócio econômico vigente não só no país, mas a nível mundial.

A assistente social que atua na Habitação encontra muitos limites para a realização de suas atividades, são eles: à falta de planejamento, a falta de interesse político, o clientelismo, o descaso com os serviços públicos, a fragilização das políticas sociais.

Porém não podemos negar que existe uma política de habitação, e que hoje a profissional que atua na área tem mecanismos que podem contribuir também para efetivação de direitos da população, como a mesma relatou existe um planejamento do governo federal para controlar o déficit habitacional dos municípios, com a realização do Plano Local de Interesse Social, assim como os recursos destinados a viabilização de alguns projetos na Secretaria.

Diante dessa configuração faz-se necessário refletir sobre o papel do Serviço Social em relação à política de habitação, no sentido de pensar as estratégias de enfrentamento das questões urbanas que trazem demandas de caráter técnico, teórico, metodológico e ético-político para a profissão.

Dessa forma não podemos deixar que os limites colocados para a profissão nos impossibilitem de realizarmos nossas atividades, para tanto é o momento de unirmos força com a categoria, com a sociedade civil e com os movimentos populares na luta pela efetivação de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Jorge Zahar Editor. Resumo e conclusões, 1987.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Questão social e direitos**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Resolução N.º 273/93 DE 13 MARÇO de 1993.

Cruz, Suenya S. **Questão agrária como questão social: a particularidade de agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty/RJ**. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, 2003. À guisa de conclusão.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **A questão social no capitalismo**. In revista temporalis nº03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABPSS, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** - 2007 microdados. [Rio de Janeiro, 2008]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de. **Movimentos Sociais e a Cidade: determinantes e condicionantes da ação coletiva na atualidade.** In BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). *Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho.* Rio de Janeiro: ENSP-FIOCRUZ, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Estudos Técnicos: Caracterização dos Tipos de Municípios.** Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, maio, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Política Nacional De Assistência Social.** Brasília, 2004.

PLANO LOCAL DE INTERESSE SOCIAL. **Diagnóstico da Precariedade Habitacional de Casimiro de Abreu.** Coordenação NEPHU-UFF. Rio de Janeiro, 2010.

MONTAÑO, Carlos E. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade e sua reprodução.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In MOTTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Movimento de Reconceituação 40 anos depois.** Serviço Social e Sociedade. Nº 84. Ano XXVI. Novembro. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In revista temporalis nº03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABPSS, 2001.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. JUNQUEIRA, Kleyd. **Cidades, Desigualdades e Territórios.** In. Capacitação Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social (Modulo 01). Ministério das Cidades, 2010.

_____. **Política Nacional de Habitação, Intersetorialidade e Integração de Políticas Públicas.** In. Capacitação Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social (Modulo 02). Ministério das Cidades, 2010.

_____. **Trajétória do Trabalho Social em Habitação.** In. Capacitação Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social (Modulo 02). Ministério das Cidades, 2010.

QUEIROZ, Luiz Cezar de. SANTOS J, Orlando Alves. **Desafios da questão urbana.** Revista Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, p. 4-5, 2011.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Lex: Assistente Social: Ética e Direitos. Coletânea de Leis e Resoluções Volume II**, 5º Ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2008.

ROLNIK, Rachel. **Direito à Moradia versus Especulação Imobiliária.** Revista Caros Amigos, São Paulo, p. 12-17, 2011.

_____. **É possível uma política urbana contra a exclusão?** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano 23, nº 72, p. 53-61, nov. 2002.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social.** In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.** Revista Temporalis, [S.l.], Ano II, nº 4, p. 21-42, jul. a dez. 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil.** In revista temporalis nº03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABPSS, 2001.

